

BARREIRAS NO APOIO AO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO: PERCEPÇÕES DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

Área Temática

Sáude

Coordenadora da atividade:

Fabiana Bucholdz Teixeira ALVES

Sidiane Rodrigues SOARES[1]; Luiz Ricardo Marafigo ZANDER[2]; Fabiana Bucholdz Teixeira ALVES[3]

Projeto de Extensão

Diamante do Cuidado: Fortalecendo a Saúde dos bebês com aleitamento materno

Resumo: Este estudo, vinculado ao projeto de extensão "Diamante do Cuidado: Fortalecendo a Saúde dos bebês com aleitamento materno", teve como objetivo analisar as barreiras percebidas por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no apoio ao aleitamento materno exclusivo (AME), considerando aspectos formativos, socioculturais e práticos em um município de pequeno porte localizado no Sul do Paraná. Trata-se de um estudo observacional, descritivo, transversal e de abordagem quali-quantitativa, realizado com 13 ACS atuantes na Atenção Primária à Saúde. A coleta foi conduzida por meio de questionário estruturado, com dados analisados por estatística descritiva e testes de qui-quadrado, Mann-Whitney e Spearman, além da técnica qualitativa do Discurso do Sujeito Coletivo. Os resultados revelaram lacunas na formação, insegurança nas abordagens e dificuldades ligadas à ausência de rede de apoio, baixa escolaridade materna e interferência de mitos culturais. Embora as visitas domiciliares sejam frequentes, a abordagem do AME nem sempre é sistemática. Os profissionais enfatizaram a relevância do vínculo afetivo e da escuta sensível. A nuvem de palavras destacou como facilitadores a rede de apoio, orientações de qualidade e vínculo materno-infantil. Conclui-se que a formação continuada e a atuação extensionista auxiliam a formação acadêmica e reforçam o protagonismo dos ACS no cuidado materno-infantil.

Palavras-chave: Aleitamento Materno. Agentes Comunitários de Saúde. Saúde Materno-Infantil.

[1]Apresentadora
[2] Coautores
[3] Coordenadora

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno exclusivo (AME) é uma das intervenções mais eficazes para a saúde infantil, pois reduz a mortalidade por doenças infecciosas, fortalece o sistema imunológico e favorece o desenvolvimento neuropsicomotor, além de beneficiar a saúde materna e o vínculo afetivo (Gavine et al., 2022; OMS, 2023). Entretanto, fatores culturais, sociais e estruturais ainda dificultam sua adesão plena, sobretudo em contextos vulneráveis (Hoyos-Loya et al., 2024).

A Atenção Primária à Saúde (APS) é estratégica nesse cenário, sendo o espaço de acompanhamento de gestantes, puérperas e crianças. Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) têm papel fundamental ao criar vínculos, identificar vulnerabilidades e oferecer orientações educativas (Flores-Quispe et al., 2024; Brasil, 2025). Contudo, enfrentam lacunas formativas, sobrecarga de trabalho e falta de suporte institucional, o que pode comprometer a assistência (De Oliveira; Martins Chandeler, 2024).

Assim, compreender as percepções e dificuldades dos ACS no apoio ao AME é essencial para qualificar sua prática e fortalecer ações de promoção da saúde materno-infantil, além de valorizar a extensão universitária ao articular saberes acadêmicos e demandas reais do território.

OBJETIVO

Este estudo teve como objetivo analisar as barreiras percebidas por Agentes Comunitários de Saúde no apoio ao aleitamento materno exclusivo, considerando aspectos formativos, socioculturais e práticos em um município de pequeno porte localizado no Sul do Paraná.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional, analítico, com delineamento transversal e abordagem quantiqualitativa, vinculado ao projeto de extensão “Diamante do Cuidado: Fortalecendo a Saúde dos bebês com aleitamento materno”, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). A investigação foi aninhada a uma coorte prospectiva voltada ao acompanhamento de práticas e experiências relacionadas ao aleitamento materno em comunidades atendidas pela APS. O município onde o estudo foi desenvolvido está localizado

no Sul do Paraná e possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) classificado como médio (0,645), limítrofe à categoria “baixa”, conforme o Censo de 2010 (IBGE, 2010; PNUD, 2013), o que justifica a atenção especial às estratégias de promoção da saúde infantil.

A população do estudo foi composta por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) atuantes nas Unidades Básicas de Saúde do município. A amostra foi do tipo censitária, incluindo todos os profissionais ativos e disponíveis no período de coleta. Dos 14 ACS em atividade, 13 aceitaram participar voluntariamente, compondo a amostra final. A coleta foi realizada em maio de 2025, por meio da aplicação de um questionário estruturado, elaborado pelo pesquisador responsável e disponibilizado via *Google Forms* (https://forms.gle/nYnBdQbE1J5nMwD58). O instrumento abordou aspectos relacionados às barreiras percebidas no apoio ao AME, ao conhecimento técnico sobre o tema, às práticas de orientação e às demandas formativas autorreferidas. Cada participante respondeu ao questionário de forma individual, com tempo livre e em ambiente tranquilo.

Os dados quantitativos foram organizados no Microsoft Excel 365 e analisados com apoio da linguagem Python, por meio de bibliotecas estatísticas específicas. A análise descritiva contemplou frequências absolutas e relativas, medidas de tendência central e dispersão. Para as comparações e associações entre variáveis, foram utilizados os testes de Mann-Whitney (para variáveis ordinais ou com distribuição não paramétrica), correlação de Spearman (para variáveis quantitativas não normais) e qui-quadrado (para variáveis categóricas), adotando-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$). Paralelamente, aplicou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) às respostas abertas, com o objetivo de sintetizar qualitativamente as percepções e experiências dos ACS. Como recurso visual complementar, foi construída uma nuvem de palavras com as expressões mais recorrentes nos relatos, utilizando a biblioteca *WordCloud*. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UEPG (parecer nº 7.560.166; CAAE: 78004223.7.0000.0105), conforme os preceitos da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS

Dos 13 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) participantes, 12 se identificaram como do sexo feminino (92,3%) e apenas um como do sexo masculino (7,7%). A idade dos profissionais variou entre 27 e 61 anos, com média de 40,2 anos, mediana de 38 e desvio padrão aproximado de dez anos. Em relação à escolaridade, a maioria (61,5%) possuía ensino médio completo, 23,1% tinham ensino técnico completo e 15,4% apresentavam ensino superior incompleto. Quanto ao tempo de atuação, 69,2% estavam na função há mais de cinco anos, e os demais (30,8%) entre um e três anos. A maioria dos participantes (92,3%) declarou já ter recebido alguma capacitação sobre aleitamento materno, sendo que 50% participaram de formações com mais de dez horas de duração e 41,7% com até quatro horas. Apenas um profissional informou não ter tido qualquer formação sobre o tema. As modalidades formativas mais mencionadas incluíram vídeos curtos, palestras presenciais, rodas de conversa, lives, panfletos e cursos *online* assíncronos.

No que se refere às práticas no território, 58,3% dos ACS relataram visitar gestantes e puérperas quinzenalmente, 25% realizavam essas visitas semanalmente, enquanto 16,7% o faziam raramente. Sobre a abordagem do aleitamento materno durante os atendimentos domiciliares, 50% afirmaram tratar do tema com frequência, 33,3% apenas às vezes e 16,7% relataram não abordar o assunto de forma sistemática. As percepções sobre a prevalência do aleitamento materno exclusivo até os seis meses foram variadas: apenas 16,7% consideraram que a maioria das mães mantinha a prática até o tempo recomendado, enquanto os demais apontaram fatores como mitos culturais, falta de apoio institucional, necessidade de mais capacitações e desinformação familiar, todos com frequência igual de 8,3%.

As respostas abertas revelaram uma pluralidade de experiências formativas. Os participantes destacaram ações promovidas por instituições locais, como a Secretaria Municipal de Saúde e a Pastoral da Criança, com recursos didáticos diversos. Um dos sujeitos coletivos sintetizou: “Participei de palestras presenciais, rodas de conversa e grupos online. Também tive acesso a vídeos curtos e *lives* que ajudaram bastante. O município disponibilizou diversos formatos [...] e todos contribuíram para meu entendimento”. Apesar dos avanços, o consenso entre os profissionais é de que a exclusividade do aleitamento até os seis meses ainda não está plenamente consolidada. Os discursos também apontaram que a baixa escolaridade das mães, a influência de familiares e a ausência de rede de apoio contribuem para o abandono

precoce da prática. Um trecho representativo exemplifica: “Muitas mães sofrem pressão para introduzir fórmulas ou alimentos antes do tempo. [...] A baixa escolaridade de algumas mães dificulta o entendimento das orientações. [...] Muitas vezes, falta uma rede de apoio que reforce as informações corretas.”

Além das dificuldades enfrentadas, os ACS também relataram experiências positivas que contribuíram para sua atuação, incluindo relatos de superação por parte das puérperas e uso de vivências pessoais como ferramenta de acolhimento. “Uma mãe que acompanhei conseguiu amamentar até os dois anos, mesmo com dificuldades iniciais. Outra precisou interromper por conta da volta ao trabalho sem suporte adequado. Cada caso é único, mas todos me ensinam algo.”

A análise qualitativa foi complementada por uma nuvem de palavras (Figura 1), que destacou como principais facilitadores do aleitamento materno exclusivo termos como “rede de apoio”, “orientações de qualidade” e “vínculo materno-infantil”. Na análise estatística, não foram identificadas associações significativas entre escolaridade e percepção sobre o aleitamento ($\chi^2 = 6{,}13$; $p = 0{,}190$), tampouco entre capacitação e dificuldade de abordagem ($U = 21{,}0$; $p = 0{,}435$), nem entre sexo e frequência da abordagem ($\chi^2 = 0{,}0$; $p = 1{,}0$). A correlação entre idade e percepção de dificuldade foi negativa ($\rho = -0{,}443$), sugerindo que profissionais mais velhos tendem a relatar menor dificuldade, embora sem significância estatística ($p = 0{,}149$).

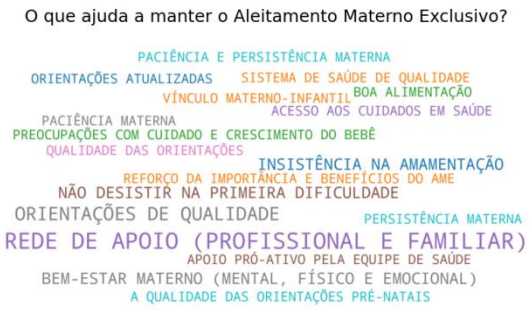


Figura 1. Nuvem de palavras representando os principais fatores que, segundo os relatos dos agentes comunitários de saúde, contribuem para a manutenção do aleitamento materno exclusivo até os seis meses de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo indicou que, mesmo entre ACS com experiência e formação prévia, ainda persistem dificuldades no apoio ao aleitamento materno exclusivo, relacionadas a fatores

culturais, sociais e formativos. Embora não tenham sido encontradas associações estatísticas significativas, os relatos qualitativos destacaram o protagonismo dos ACS e seu potencial transformador no cuidado materno-infantil.

Destaca-se, ainda, o papel formativo da extensão universitária, promovendo escuta, trocas e construção conjunta do conhecimento. A atuação dos extensionistas em campo ampliou reflexões e vínculos, favorecendo abordagens mais sensíveis e contextualizadas. Reforça-se, assim, a necessidade de formação permanente, metodologias participativas e da produção de materiais educativos contextualizados, que fortaleçam o empoderamento de profissionais e famílias no cuidado ao binômio mãe-bebê.

APOIO

Projeto financiado pelo Edital PROEX/UEPG nº 03/2024, vinculado ao Programa Universidade Sem Fronteiras, da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná (SETI), em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no âmbito do projeto "Diamante do Cuidado: Fortalecendo a Saúde dos Bebês com Aleitamento Materno".

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Qual é o papel do Agente Comunitário de Saúde (ACS)?** Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/esf/equipe-saude-da-familia/faq/qual-e-o-papel-do-agente-comunitario-de-saude. Acesso em: 7 ago. 2025.

DE OLIVEIRA, D. S.; MARTINS, P. O.; CHALENDER, V. I. A. A gestão da capacitação do agente comunitário de saúde na atenção básica com as especificidades da gestão pública. **Revista FT**, 2024. DOI: https://doi.org/10.69849/revistaft/ar10202410231023

FLORES-QUISPE, M. P. et al. Tendências na qualidade da atenção à saúde da criança na primeira semana de vida na Atenção Primária no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, *p 1.-12*, jan. 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232024291.09192022EN

GAVINE, A. et al. Support for healthy breastfeeding mothers with healthy term babies. Cochrane **Database of Systematic Reviews**, n. 10, 2022. DOI: https://doi.org/10.1002/14651858.CD001141.pub6

HOYOS-LOYA, E. et al. Barriers to promoting breastfeeding in primary health care in Mexico: a qualitative perspective. **Frontiers in Nutrition**, v. 10, p. 1-11, 2024. DOI: https://doi.org/10.3389/fnut.2023.1278280

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@ – Fernandes Pinheiro (PR)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/fernandes-pinheiro.html. Acesso em: 7 ago. 2025.